

Dos afetos aos atos: um estudo sobre a agressividade humana e seus destinos

From emotions to actions: a study of human aggressiveness and its destinations

Elaine Vasconcelos de Andrade¹

Resumo: O objetivo deste artigo é propor uma reflexão acerca dos encontros e desencontros entre certos comportamentos agressivos de crianças e adolescentes, usualmente entendidos como carregados somente de destrutividade, e situações de violência, como as que vêm assolando o mundo contemporâneo, comumente compreendidas como inevitáveis diante da natureza humana. A partir de uma análise dos significados dados por Donald Winnicott a tais fenômenos, que nos encaminha à despatologização da agressividade e à desnaturalização da violência, pretende-se levantar questões que abram possibilidades para um modo de agir mais preventivo, criativo e responsável.

Palavras-chave: agressividade, violência, desnaturalização, despatologização, Winnicott.

Abstract: *The objective of this article is to propose a reflection on the convergences and divergences of certain aggressive behaviors of children and adolescents, usually understood as composed only by destructiveness, and violent situations, such as those which have been devastating the contemporary world, commonly understood as an inevitable part of human nature. Based on an analysis of meanings assigned to such phenomena by Donald Winnicott, which leads us to the depathologization of aggressiveness and to the denaturalization of violence, this article aims to raise questions which generate possibilities of more preventive, creative and responsible practices.*

Keywords: *aggressiveness, violence, depathologization, denaturalization, Winnicott.*

1. Psicóloga (UFRJ), Especialista em Clínica Psicanalítica (UERJ), Mestre em Saúde Coletiva (IMS/ UERJ); Associada ao Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Cad. Psicanál., CPRJ, Rio de Janeiro, ano 30, n.21, p.252-271, 2008

A proposta de refletirmos sobre a vasta e complexa gramática dos afetos convida a nos aproximarmos do que nos é tão familiar e tão estranho ao mesmo tempo. Diante de inúmeras possibilidades de recorte acerca do tema, escolho trazer para a discussão os encontros e desencontros entre as expressões de violência que nos assolam atualmente e os comportamentos agressivos de crianças e adolescentes, usualmente entendidos como carregados somente de destrutividade. Cabe ressaltar, logo de início, que as diferentes formas de entender esses fenômenos – e os afetos que os tangenciam – não repercutem apenas no âmbito da comunicação, mas também no modo de enxergar a realidade e, por conseguinte, de agir sobre ela.

Em primeiro lugar, vale observarmos que crianças que batem em outras, desafiam qualquer pessoa que tente ocupar o lugar de autoridade ou têm atitudes com o fim de chocar quem as presencia são geralmente compreendidas como mal educadas ou doentes e que as estratégias para eliminação desses atos costumam se restringir a medidas de instrução e repressão. Essas intervenções, porém, não vêm se mostrando eficientes, nem para eliminação dos sintomas, nem para diminuição do sofrimento do sujeito. Ao contrário, com a interpretação imediata e simplista das manifestações comportamentais, as experiências subjetivas têm sido reduzidas aos rótulos de “criança problema” ou de “criança doente”, que, de tão repetidos, levam a um estigma ao qual a criança se cola e do qual não consegue se desvincular, sob o risco de, ao ser diferente, não ser reconhecida e legitimada como sujeito.

Uma análise complementar nos faz notar que, na sociedade contemporânea, a vivência da violência tornou-se tão cotidiana e anunciada que passamos a acreditar que muito entendemos a seu respeito. Influenciados pela imprensa, via de regra, somos levados a tomar a violência como um mal inevitável e a reduzir nossas expectativas em relação a ela à busca pela minimização de seus efeitos e riscos. O suposto retrato da realidade oferecido pelos meios de comunicação, na maioria das vezes, não tem a pretensão de discutir causalidades, relacionar fatos ou mesmo distinguir situações. Quanto mais absurdos os acontecimentos violentos parecem, maior a repercussão para os meios que os exploram. Assim, as informações são veiculadas associando a espetacularização ao uso de termos que fazem referência a um fenômeno anômalo, passageiro e acidental (como “onda”, “crise” e “surto”), o que produz, no imaginário social, a falsa certeza da inevitabilidade dos acontecimentos (Kehl, 2002; Szpacenkopf, 2003). Essa banalização é reforçada pela imagem de um *homem naturalmente violento*, sendo o jeito como a sociedade lida com isso (com mais ou menos medidas

repressoras) o que vai determinar o quanto essa violência vai se expressar e causar danos. O que às vezes passa despercebido é que a visão da violência como um destino inevitável do ser humano vai ao encontro de sua perpetuação, pois, uma vez que a restringe a um fenômeno intrínseco e natural, em relação ao qual pouco temos a fazer, minimiza nossas chances de reflexão e construção de alternativas à situação caótica que estamos vivenciando.

Nessa busca, insistamos na capacidade humana de questionamento e pensemos um pouco mais no clima de desorientação e ansiedade, baseado na decadência institucional e no total descrédito na lei, que vem levando os sujeitos a perder o sentido de responsabilidade e pertencimento sociais. A fragilização das instituições que serviam como referenciais seguros – como a Família, a Escola, o Estado, o Trabalho – propicia uma sensação de insegurança nem sempre suportável. Faltam representações de Ideais que possam garantir qualquer fruto do que se plantou, oferecendo motivos para se investir no futuro. A saída apresentada é a de uma fruição absoluta e imediata do presente, opção possibilitada e reforçada pela lógica capitalista do consumo desenfreado. O imperativo é ter prazer e evitar o sofrimento a todo custo, e essa obrigação acarreta o apagamento de valores como a solidariedade. O outro passa a ser mais uma mercadoria descartável, servindo apenas para propiciar prazer e configurar um engrandecimento da autoimagem. Em última instância, acabamos lidando com uma *“impossibilidade de reconhecimento e de convívio com a alteridade, que se funda em um horror da experiência da diferença”* (BIRMAN, 2001, p.293, grifos nossos).

Uma resposta recorrente a esse quadro – no qual a vontade individual se impõe a qualquer ordem social e o desempenho e a eficácia são os valores mais pregados – é a prática da violência, o que desmoraliza ainda mais a idéia de lei e de ideais sociais, propiciando um ciclo de medo e reação ao medo que hoje em dia tem-se denominado *“cultura narcísica da violência”*. Por sua vez, o lugar das práticas de solidariedade é tomado pelo aumento de medidas repressoras, que não fazem nem reforçam laços sociais. Essa disseminação da violência vem, cada vez mais, invadindo os espaços intersubjetivos e deixando suas marcas nos jovens, em seu desenvolvimento e, conseqüentemente, em seus percursos (Bezerra Jr., 2005).

Os efeitos dessa trama social denominada pós-moderna ecoam, em alguma medida, pelo mundo inteiro. Mas, pensando mais especificamente sobre suas implicações para crianças e adolescentes das classes sociais menos favorecidas de nosso país, podemos verificar que, muitas vezes, a exclusão à qual estão submetidos – exacerbada pela exposição à oferta

de consumo e pelo *discurso* sobre igualdade de direitos – potencializa as problemáticas familiares e a falta de suporte oferecido, levando o sujeito à sensação de invisibilidade e à conseqüente desvalorização da vida.

Contra o aparente entendimento inequívoco do termo violência, podemos apontar também como seu uso dentro da psicanálise é bastante impreciso. Comumente confundido com conceitos freudianos (como os de agressividade, trauma e pulsão de morte), a expressão cai em uma retórica vazia, que pode confundir mais do que explicar. Para Costa (2003), a psicanálise, diante da violência, acaba renunciando ao seu potencial crítico devido a certas interpretações de complexos teóricos da obra de Freud. Na sua percepção:

[a psicanálise] fala da violência diluindo seu impacto e atenuando seu horror. Pois, no momento em que a define como sinônimo da morte, do que há de impensável e intocável na experiência humana, *sacraliza-a*. E, no momento em que a define como a “condição de possibilidade natural” do existir humano (dado seu caráter de impulsão primeira e permanente do psiquismo), *banaliza-a* (ibidem, p.18, grifos do autor).

A fim de entendermos um pouco mais as hipóteses do criador da psicanálise acerca do tema proposto, passaremos por alguns textos que nos permitem uma cartografia geral. Em 1913, Freud parte das idéias de Darwin sobre os primórdios da condição humana e propõe um mito que visa explicar a passagem da Natureza à Cultura. Segundo ele, antes da constituição do sistema totêmico, havia uma horda primitiva, cujo chefe, possuidor de todas as mulheres, era ciumento e bruto. Os filhos, quando cresciam, eram expulsos para não desfrutarem de nenhuma fêmea, mas um dia retornaram juntos para matar e devorar o pai, colocando fim à horda patriarcal. O pai havia sido o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos que, ao devorá-lo, se identificavam com ele, adquirindo uma parte de sua força. Esses irmãos odiavam o pai (representante de um grande obstáculo ao poder e à realização dos desejos sexuais), porém também o amavam e admiravam. O ódio foi satisfeito, bem como seus desejos de se identificarem com ele. Já a afeição, até então recalcada, agora aparecia sob a forma de sentimento de culpa e remorso. Com isso, o que era proibido passou a ser interdito pelos próprios filhos: a morte do totem – substituto do pai – e o relacionamento com as mulheres desejadas. O autor pondera que a instituição de uma lei para regulamentar a partilha do gozo funcionou também como defesa contra a agressividade do outro, uma vez que cada membro do grupo teria o desejo de ocupar o lugar do pai, disputa que levaria à aniquilação de todos. Aqui, podemos perceber

que, para Freud, há um apoio à lei derivado do sentimento de culpa pelo parricídio primordial e da impossibilidade dos irmãos ocuparem o lugar do pai. Nesse caso, a necessidade de controlar a violência estaria, junto com as identificações, a serviço da preservação da vida cultural e da instauração do direito e da lei.

Já em 1915, Freud associa diretamente a violência à agressividade pulsional, procurando demonstrar que sua causa seria a satisfação dos desejos destrutivos do homem. Apenas a ação educativa da civilização ou a tendência à fusão pulsional com um componente erótico poderiam amenizar o potencial egoísta do ser humano. É, no entanto, em 1920, na sua busca por entender repetições traumáticas vistas na clínica², que ele vai construir metapsicologicamente o maior suporte dessa hipótese, o conceito de pulsão de morte. Em sua segunda teoria pulsional, Freud postula que as pulsões sexuais trabalham ao lado das de autoconservação (em prol da civilização), formando o que ele passa a denominar “pulsão de vida”. Em oposição a esta, temos a “pulsão de morte”, um tipo de pulsão disruptiva, de energia não-ligada, que não leva em conta as regras do princípio do prazer. Em suas palavras:

(...) esse instinto [destrutivo] está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece com toda a seriedade ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com auxílios de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia ([1932], 1996, p.204).

Nessa leitura, a pulsão de morte é desviada para o mundo externo sob a forma de agressividade destrutiva. Isto é, a agressividade é a *inevitável* expressão da pulsão de morte. Em 1923, Freud reforça um aspecto da agressividade que ele já destacava em sua primeira teoria pulsional, qual seja, a de uma reação à frustração como um modo de preservação da vida. Nesses casos, a sublimação é apresentada como uma saída positiva, pois, através da mudança de alvo, mantém-se a satisfação e aproveita-se a energia para fins valorizados socialmente. Os impulsos de saber e de domínio também

2. Em psicanálise, o conceito de trauma é usualmente confundido com a noção de violência. As experiências que, pela repetição ou intensidade, ultrapassam a capacidade do aparelho psíquico de representá-las são consideradas traumáticas, mas, na opinião de Costa (op.cit.), não são necessariamente violentas. A dimensão econômica da psicanálise, que privilegia a ótica quantitativa, pode levar ao equívoco da equiparação da violência a um grande impacto físico, quando o que caracteriza um trauma como violento não é o afluxo excessivo de excitação, mas a representação causal a ele associada.

têm seu componente agressivo, mas a agressividade só é assim percebida – como indispensável à vida – em sua ligação com a pulsão sexual.

Nos estudos de 1928 e 1930, observamos o pensamento claro e maduro de Freud sobre os impulsos agressivos, o papel da civilização e o mal-estar causado pela incompatibilidade de ambos. O autor reforça a idéia de pulsão de morte (nestes textos, referida como pulsão destrutiva ou agressiva), sublinhando-a como uma disposição *autônoma* e *originária* de todo ser humano, que orienta suas relações. A sociedade, porém, considera essa inclinação à destruição e à agressão mútua o maior estorvo à civilização. Os homens devem abrir mão da realização de seus impulsos agressivos (propiciando destinos alternativos e sublimados a estes) e amar ao próximo como a si-mesmo. Esses são os principais requisitos para se manterem unidos e em constante progresso. O preço pago passa pela perda da felicidade através da intensificação do sentimento de culpa³. A instância que representa a civilização neste combate – o supereu – dirige de volta para o eu toda a agressividade que foi retirada dos objetos externos. O sentimento de culpa decorre então da agressividade internalizada sob a forma de severidade do supereu e da percepção do eu de estar aquém das exigências dessa instância.

A outra origem desse sentimento apresentada por Freud – o medo da perda do amor da autoridade – está também diretamente ligada à constituição do supereu e à idéia de pulsão de morte. Se a criança perde o amor de quem é dependente, deixa de ser protegida contra uma série de perigos. Para ela, no início de sua vida subjetiva, “mau” é tudo aquilo que a faz ser repreendida e, logo, se sentir ameaçada. Não obstante, uma grande mudança se realiza quando a autoridade é internalizada através do estabelecimento do supereu: o medo de ser descoberto se extingue, uma vez que a distinção entre fazer algo “mau” ou desejar fazê-lo perde seu sentido. Ou seja, após o estabelecimento do supereu, a renúncia às satisfações pulsionais se torna insuficiente, pois essa instância exige punição pela continuação dos desejos proibidos. Para o autor, só podemos falar de sentimento de culpa quando não há mais distinção entre o ato infrator e a intenção de cometê-lo. É nesse sentido que, em 1916, ele já havia indicado que certos crimes são praticados em função de um sentimento de culpa

3. A civilização sobre a qual Freud disserta é a sociedade em que ele vivia, a do Ocidente nos chamados tempos modernos. O autor acredita que a busca por segurança que a sociedade burguesa havia imposto a seus membros levou o homem moderno ao controle excessivo dos impulsos. Já Bauman, em seu livro *O mal-estar na pós-modernidade* (1998), observa que, na sociedade atual, os ganhos e as perdas mudaram de lugar. Aproveitando as palavras de Freud, ele explica que “os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade” (p.10).

decorrente de intenções inconscientes relacionadas ao complexo de Édipo (o parricídio e o incesto). Esse sentimento se encontra presente antes da prática proibida e esta – junto com a conseqüente punição – gera um alívio mental por ter relacionado-o a uma ação cometida⁴.

Na sua carta a Einstein de 1932, vemos que Freud segue seus textos anteriores e afirma que o homem é pulsionalmente destrutivo e cruel. Entretanto, ele sugere métodos indiretos de combater a guerra, afirmando que de nada vale tentar eliminar as inclinações humanas agressivas, mas que se pode tentar desviá-las de forma a encontrarem outra expressão. Um desses métodos seria favorecer o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens por meio de relações semelhantes às que temos com objetos amados ou de identificações estimuladas por interesses em comum. Além dessa alternativa, e apesar de propor a equivalência comentada (entre violência e impulsos agressivos), o autor se refere à violência também como conseqüência de conflitos de interesses. De acordo com ele, as guerras poderiam ser evitadas se houvesse uma autoridade central, que teria o direito de arbitrar todos esses conflitos. Para isso, seria necessário criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder: o de regulamentar e executar leis. Desse modo, a violência poderia ser suplantada pela transferência do poder a uma grande unidade, que se manteria unida pelos laços emocionais entre seus membros. No final do texto, Freud reitera a possibilidade e a necessidade de fazermos algo diferente com a nossa carga pulsional, uma vez que “a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi incutida pelo processo de civilização, e por esse motivo não podemos deixar de nos rebelar contra ela” (1996, p.207).

Diante dos possíveis paradoxos da teoria freudiana exposta, Kehl (op. cit.) comenta que o autor se restringiu a expor tendências e limites humanos, sendo mal utilizado para justificar certos atos violentos que presenciamos. Para ela, a intenção de Freud, ao teorizar a prática do mal e do sofrimento ao outro, deve ser contextualizada. Sua pretensão era abalar a prepotência e a inquestionabilidade da moral e da vaidade burguesa da época, o que nos autoriza a ser mais tolerantes e não mais imorais.

Seguindo nesta tentativa de designar lugares e formas de tratamento específicos ao fenômeno da violência e às manifestações de agressividade, priorizemos, agora, a visão do psicanalista e pediatra inglês Donald Winnicott, que, apesar da indiscutível filiação freudiana, tem marcos bastante originais, sempre centrados na experiência clínica.

4. Freud faz a ressalva de que há criminosos que praticam crimes sem o menor sentimento de culpa, seja porque não desenvolveram quaisquer inibições morais, seja porque consideram sua ação justificada devido ao seu conflito com a sociedade.

A leitura dos textos winnicottianos nos encaminha no sentido da desnaturalização da violência e da despatologização da agressividade. Sua ênfase no desenvolvimento emocional de forma estreitamente vinculada a um ambiente facilitador o leva a caracterizar a violência como uma *reação relacionada à incapacidade do sujeito de usufruir de forma criativa de sua agressividade*. De acordo com Winnicott, a possibilidade do exercício da agressividade é fundamental para esta não degradar em violência. No entanto, para que isso ocorra, é necessária a existência de um ambiente – que vai dos cuidados maternos à sociedade – que propicie um lugar de reconhecimento e legitimação dos seus aspectos construtivos e destrutivos, e que ofereça a possibilidade de reparação dos eventuais danos causados por estes.

Com a pretensão de entendermos melhor as afirmações acima, cabe começar lembrando que o autor propõe uma desvinculação entre as manifestações de agressividade e o conceito de pulsão de morte freudiano. Apesar de a agressividade ser inerente à natureza humana, sua variação inata não é tão significativa quanto as variações provindas das experiências que as crianças possuem dos cuidados recebidos (Winnicott, [1969], 1975). Freud relacionava a agressividade a uma reação à frustração inevitável no encontro com o princípio de realidade (primeira teoria pulsional) ou a uma reversão para o exterior da pulsão de morte, elemento constitucional do ser humano (segunda teoria pulsional). Para Winnicott ([1964b], 1999a), de forma geral, a agressividade tem duas *raízes*: uma fonte de energia do sujeito (provinda do instinto amoroso e da motilidade) e uma reação à frustração. De todo jeito, ela não é uma manifestação da pulsão que visa à destruição de si e do outro, *independente* do ambiente em que o sujeito esteja inserido. Essa intenção destrutiva pode até ocorrer, mas apenas em certos momentos, nos quais a provisão do ambiente não foi boa o suficiente.

No início da vida, o que Winnicott denomina agressividade é equivalente à motilidade, à atividade, à tendência para movimentar-se (desde a barriga da mãe) e para explorar, que leva ao estabelecimento precoce do que é o “eu” e o “não-eu” e a um prazer muscular no movimento e no encontro com a oposição. Ademais, o bebê, voraz e faminto, tem gestos agressivos prioritariamente quando está excitado (e não frustrado), o que anuncia que a agressividade, além de decorrente de uma força vital, faz parte da expressão do amor primitivo, em especial da oralidade. Esses gestos espontâneos são tentativas de apropriação do mundo, buscam satisfação e só são destrutivos por acaso, já que não há um “eu” integrado no qual se possa perceber afetos como raiva, ódio ou qualquer intencionalidade destrutiva (característica essencial da *violência*). A agressividade presente

nesse movimento tem o sentido etimológico da palavra *agredere*, a saber, “ir ou fazer um gesto na direção de alguém” (OUTEIRAL, 2003, p.41)⁵.

A tendência ao amadurecimento encaminha a criança na direção da realidade compartilhada, na qual ela poderá enxergar os objetos de outra perspectiva, a da objetividade. Para que essa transição para vigência do princípio de realidade possa ocorrer, o sujeito precisa ter desenvolvido a capacidade de usar objetos, que depende, como todas as outras conquistas do processo de maturação, de um meio ambiente propício. O sujeito deve colocar o objeto fora de sua área de controle onipotente – reconhecendo-o como fenômeno externo – e, para tal, ele tem que destruir o objeto subjetivo de modo que este, ao sobreviver, possa ser percebido como um outro independente e real⁶. Ou seja, apesar da inegável raiva provocada pelo princípio de realidade, Winnicott defende que há uma destruição anterior, que, ao localizar o objeto fora do *self*, desempenha um papel na criação da própria realidade. Nesta visão, o mundo não exige subserviência (o sujeito não o avalia como algo busco e imprevisível a que deve se submeter); ao contrário, é um lugar *criado* para se viver.

O inovador postulado winnicottiano enuncia um valor positivo para essa agressividade não-instintual e sem raiva, derivada do estar vivo e da necessidade do sujeito sair do mundo subjetivo para o objetivamente percebido. Na medida em que permite a separação entre o que é eu e o que é não-eu, a destruição é integradora e condição de possibilidade de uma construção posterior. A sobrevivência à destruição – segurança transmitida pelo objeto de ter uma existência independente da proteção da criança – proporciona alegria e alívio ao sujeito, permanecendo o objeto a ser destruído na fantasia inconsciente.

Ao alcançar, em algum grau, o estatuto do eu unitário, a criança passa a conquistar as condições de realizar outra integração, a da vida instintual. Ela começa a perceber que é uma única pessoa, esteja excitada ou tranqüila. Ao mesmo tempo, a mãe, que na fantasia do bebê era dividida em duas de acordo com seus papéis – a mãe-ambiente e a mãe-objeto –, passa a ter suas duas funções integradas em apenas uma figura. Como objeto total, a

5. O termo “agressão”, da maneira como é entendida por determinados tradutores e comentadores da obra winnicottiana (como Plastino, 2007 e Outeiral, 2003), diz respeito a uma forma de conduta com intenção de destruir ou prejudicar o outro (como a violência), que ocorre quando a agressividade não foi integrada à personalidade do sujeito. Quando não há fusão dos impulsos eróticos e da motilidade, a agressividade vira agressão.

6. A mãe suficientemente boa não reage com moralismo aos atos agressivos do filho porque enxerga, nesse impulso, um sinal de vitalidade e não de crueldade. Mas não retaliar e não mudar sua atitude não significa ficar indiferente ou ser permissiva. A criança sabe que está incomodando e precisa que a mãe sinta e se defenda, contendo-a sem tensão nem temores.

mãe amada e valorizada, que cuida da criança em seus estados tranqüilos e evita os imprevistos, é a mesma que possui o objeto parcial, que pode satisfazer as necessidades do lactente e que este ataca nos estados excitados. Logo, há a descoberta por parte da criança de que a agressividade de seus impulsos instintivos é dirigida à mesma pessoa que cuida dela.

Com o cuidadoso manejo do desmame, os impulsos começam a ser integrados – com toda a agressividade que lhes é inerente – e avaliados em suas conseqüências. O bebê, antes incompadecido, passa a se sentir responsável pelos seus elementos instintivos e a se importar com as conseqüências de suas experiências de destrutividade – por excitação, raiva e ódio – ao seu próprio eu e ao outro. A presença e a firmeza do pai, intervindo e impondo limites, serve como proteção de seus próprios impulsos, mas este demora um pouco mais para entrar em cena efetivamente como um terceiro – apoio necessário para a criança libertar-se à vida instintiva sem muito perigo. Enquanto isso, a tendência da criança é projetar essa agressividade que agora percebe como sua para o mundo, provocando em si um sentimento de medo de ser atacada pelo que está “lá fora”, só amenizado pela receptividade e pelo amparo da mãe (Dias, 2000).

A resolução dessa importante dificuldade, que está relacionada à aceitação da ambivalência (do convívio do amor e da agressividade dirigidas ao mesmo objeto em um mesmo momento), depende de ser desenvolvida a capacidade de fazer reparações. Dito de forma mais clara, a necessidade de saber que o estrago cometido por suas ações e idéias destrutivas pode ser consertado é pré-condição para a tolerância com essas experiências impulsivas, e, conseqüentemente, para a liberdade de viver o amor instintual. Cabe à mãe-ambiente manter-se disponível para reconhecer e receber o gesto espontâneo de reparação do filho com alegria e, à mãe-objeto, cabe sobreviver, sustentando a situação no tempo, com uma presença contínua que permita ao bebê elaborar as conseqüências das experiências instintivas. Winnicott ([1954], 2000; [1963a], 1982; 1990) denomina de “círculo benigno” esse movimento (que pode se dar em algumas horas) de ter uma experiência instintiva, sentir culpa, elaborá-la e aliviar-se ao reparar. Quando esse círculo se repete inúmeras vezes, a criança passa a acreditar na possibilidade de reparação, podendo suportar a culpa, aceitar responsabilidades e empregar seu esforço de contribuição social, estabelecendo, com isso, sua capacidade de concernimento⁷.

7. Alguns autores traduzem o termo *concern* utilizado pelo autor por preocupação ou envolvimento, uma vez que a palavra *concernimento* é um neologismo criado a partir do verbo *concernir*.

Se a mãe não sobrevive, sucumbindo à destruição com atitudes retaliativas, invasivas ou até indiferentes, o bebê acredita que a reação ambiental corresponde ao seu próprio impulso agressivo e não usa o objeto, tentando protegê-lo e resguardar o seu amor. Isto é, caso a mãe aja de modo repressor, rejeitando e cortando constantemente (por ação ou omissão) suas atitudes espontâneas, a conseqüência pode ser a inibição dos gestos agressivos e criativos do sujeito, com o desenvolvimento de um sujeito submisso ao ambiente. Há também uma grande dificuldade para a constituição do círculo benigno quando o bebê tem várias pessoas que cuidam dele (como ocorre em uma instituição ou com uma mãe ausente) ou quando o cuidado da mãe é impessoal e mecânico, fracassando em prover oportunidades consistentes para a reparação. Com isso, pode haver uma sobrecarga do sentimento de culpa consciente, resultando na inibição do impulso, com conseqüentes sintomas melancólicos e obsessivos e empobrecimento da vida pessoal (idem, [1958],1982). Outra possibilidade é que, sem o desenvolvimento da *capacidade* de sentir culpa, isto é, sem a transformação da crueldade/impiedade em concernimento, não é possível sentir-se responsável pela agressividade contida no impulso amoroso e ocorre a projeção dessa agressividade no mundo externo (o qual vira uma ameaça que exige reação) ou o *splitting*, um mecanismo de defesa que faz amor e ódio agirem em direções diferentes, separando objetos bons e maus. Nesse caso, o amor perde sua força, e a agressividade, quando vem à tona de forma dissociada, pode se tornar uma agressão implacável, já que não é reconhecida pelo sujeito como sua. Desse modo, “o sentimento de culpa é atenuado, mas em compensação o amor perde uma parte de seu valioso componente agressivo, e o ódio torna-se mais explosivo” (idem, 2000, p.292).

Em resumo, movimentos como os de bater contra as coisas, gritar, morder, cuspir, entre outros, passam, aos poucos, com a integração egóica e instintual, a ser usados a serviço da raiva e do ódio, com algum nível de intenção. No começo do processo de desilusão, o bebê tem a oportunidade de aborrecer-se com a frustração ainda sem sentir remorso. Já para o sujeito que estabeleceu sua capacidade de concernimento, a experiência instintiva com a mãe-objeto permite o início do círculo benigno, que é a base dos diversos tipos de atividades criativas ricas ao sujeito e à sociedade, inclusive das brincadeiras e dos sonhos⁸. Esse entendimento oferece a direção

8. Essas são as principais oportunidades dos atos de destruir e doar serem experimentados na fantasia, mas como experiências concretas. Com relação às brincadeiras, Winnicott afirma ([1969], 1975) que é fundamental para a criança concluir que os seus impulsos agressivos podem ser expressos em um meio conhecido sem um retorno violento deste meio para a criança.

da resposta para a pergunta que Winnicott acredita que os pais costumam se fazer: “de que maneira seu filho encontrará uma forma de aproveitar essas forças agressivas para a tarefa de viver, amar, brincar e (finalmente) trabalhar?” (1999a, op.cit., p.108).

Em complemento, Outeiral (2003, op.cit.) afirma que necessitamos de uma quantidade ótima de agressividade para termos autonomia e buscarmos o contato com os outros no dia-a-dia e que, quando o gesto agressivo do amor primitivo não encontra acolhimento, segurança e limite:

(...) essa *falha ambiental* resultará, aí sim, na agressividade se tornando cada vez mais *intensa e destrutiva, conseqüente à frustração*, resultando em violência (...). Quando não encontra o outro, o sujeito tende a aumentar a quantidade dos gestos agressivos na direção desse outro, buscando continência para esse movimento. Se não encontra esse outro (mãe/continente), tornar-se-á então *descontrolado, desesperado, desamparado, por fim, violento* (p.42, grifos do autor).

É preciso também destacar que as *manifestações* desses impulsos não são sempre iguais. Além de a agressividade ter expressões diferentes em cada uma das fases do desenvolvimento, há maneiras distintas de lidar com essa tendência, sempre bastante influenciadas pelo modo como o ambiente a percebe e pela fantasia inconsciente do sujeito. Muitas vezes, a agressividade como reação à frustração se expressa plena e diretamente, sendo necessário que alguém a enfrente para impedir os possíveis danos. Esse é o padrão de comportamento geralmente denominado de “agressivo” pelas famílias, por educadores e pela sociedade em geral. Todavia, Winnicott ([1939], 1999a) sugere que há formas específicas de lidar com essa agressividade provinda do encontro com o princípio de realidade. São exemplos disso as expressões do masoquismo, da agressão orientada pelo medo e do controle da agressividade madura. No masoquismo, o sujeito encontra o sofrimento, expressa a agressividade, é punido (aliviando a culpa) e desfruta de excitações sexuais. Quanto à agressão orientada pelo medo, ela tem por detrás um mundo interno terrível e busca encontrar um controle externo que funcione, uma autoridade confiante. Já o controle da agressividade é observado em meninos adolescentes e motiva a competição, devendo ser notado e consentido em medida razoável.

Além desses, Winnicott ([1964b], 1999a) nos fornece exemplos nos quais a agressividade não se manifesta abertamente, mas sob a forma de um tipo oposto, como a timidez e a inibição. As crianças mais ousadas se satisfazem ao descobrirem que a hostilidade manifestada por elas é limitada. As tímidas têm medo da agressividade que, para elas, se encon-

tra no outro. Elas tendem a ver seus próprios impulsos controlados pela agressividade de outras pessoas, o que pode evoluir para um quadro de doença, uma vez que, na falta da perseguição, o suprimido terá de ser dado por ilusões, podendo levar à agressão por auto-defesa. Há também crianças que mantêm a agressividade dentro delas, tornando-se tensas e excessivamente controladas. Sendo assim, a inibição se generaliza e a capacidade criadora perde sua potência.

É fundamental percebermos que essa inibição da agressividade é diferente da responsabilidade advinda com a integração dos impulsos. A primeira tem como objetivo proteger o mundo de sua crueldade implacável (este não sobreviveria sem sua proteção). Já para quem estabeleceu a capacidade de concernimento, o potencial destrutivo é transformado em força de construção social, justamente pela possibilidade de sua existência e de seu uso. A partir desse estágio, dependendo do manejo da criança em relação ao seu mundo interno, vários mecanismos de defesa podem ser ativados, gerando comportamentos agressivos aparentemente semelhantes. Um deles é a introversão, através da qual o sujeito passa a viver em seu mundo interno, no qual concentrou o que é bom, projetando tudo que é mau. A recuperação de uma introversão patológica é feita por um retorno para o mundo (cheio de perseguidores) e esta é uma importante fonte de comportamentos agressivos. O manejo das pessoas que estão à sua volta é decisivo para a criança ultrapassar esse momento ou voltar a um estado de introversão.

Outra forma de lidar com a preocupação é a internalização de uma experiência ruim (como uma briga entre os pais) na tentativa de dominá-la. A criança pode ficar cansada, deprimida, irracional ou compulsivamente agressiva. Segundo Winnicott, “nos momentos em que o relacionamento ruim internalizado toma o poder, a criança comporta-se como se estivesse possuída pelos pais que brigam” (2000, *op.cit.*, p.294), provocando desavenças entre pessoas que a cercam. A projeção no mundo do que há de ruim no seu interior pode culminar em alucinações acerca de pessoas brigando. O autor também nos oferece o exemplo da tentativa de preservação no mundo interno do que é sentido como benigno, por meio da eliminação de qualquer influencia maligna. Nesses casos, é feita uma dramatização da expulsão do que é ruim, através de pontapés, cuspes, emissão de gases, etc., podendo a criança sofrer inúmeros acidentes e até tentar se matar. Como expressão de uma maior dificuldade em lidar com os fenômenos pertencentes ao mundo interno, há o humor depressivo, com um possível quadro maníaco complementar, consequência de um controle total assumido pelo mundo

interno, que pode levar a um comportamento extremamente agressivo, mesmo sem haver um estímulo externo perceptível.

Por último, destacaremos os comportamentos agressivos derivados do que Winnicott denomina de tendência anti-social. Os sujeitos que manifestam essa tendência sofreram uma deprivação – quando estavam na etapa de dependência relativa, foram destituídos de algum aspecto *essencial* de sua vida em família. Ou seja: houve, aproximadamente entre um e dois anos de idade, a perda de algo que havia sido positivo (um marco confiável) na experiência da criança até então. Essa criança já tinha alcançado a capacidade de perceber que a causa desse vazio era uma *falha do ambiente* e a ausência do que foi perdido estendeu-se por um período maior do que o que ela foi capaz de mantê-lo vivo em sua lembrança.

Há dois aspectos relevantes da deprivação: um deles está relacionado à interação da criança pequena com a mãe e o outro à interação, um pouco posterior, com o pai. No primeiro caso, a falha da mãe é em capacitar o filho ao uso criativo do mundo e de objetos. A deprivação se dá pela não-sobrevivência da mãe na época da criação da externalidade do mundo pela destruição exercida pela criança. De alguma maneira (por uma viagem, pela chegada de outro filho etc.), ela não transmitiu a segurança de uma existência própria (independente dos impulsos da criança), o que acarreta em uma inibição da espontaneidade desta, pelo medo do possível mal que poderia causar. No segundo caso, a deprivação ocorre no estágio de concernimento, no qual é fundamental para a instintualidade que o ambiente seja indestrutível. Se os limites dados pela autoridade paterna se esvaírem (algum dos pais morrer ou mudar-se de casa, por exemplo), a criança não desenvolve a capacidade de sentir-se responsável pelos seus impulsos, podendo ocorrer uma cisão entre amor e ódio. De qualquer forma, a experiência da deprivação dificulta bastante o amadurecimento da capacidade de preocupação com o outro e, logo, de responsabilidade social⁹.

De acordo com Winnicott ([1966], 1999a), a falta de esperança é a característica central da criança deprivada, que, apenas nos momentos de *esperança* de redescobrir a experiência boa anterior à perda, manifesta a tendência anti-social. Quando ela é submetida à deprivação, sente uma ansiedade inimaginável, que é seguida de uma reorganização gradual e inferior em qualidade. O estado atingido é neutro, ou seja, aparentemente sem sintomas, o que é satisfatório para a sociedade. Porém, nos momentos em que um novo contexto apresenta aspectos confiáveis, o comportamento

9. Se o estágio de concernimento já estiver completamente estabelecido na época da perda, a reação é mais madura, de dor e tristeza, caracterizando um luto ao invés de um processo de deprivação (idem, [1958], 1999a).

da criança carente (antes desesperada e inofensiva) indica a busca inconsciente pela cura, compelindo o ambiente a reconhecer sua responsabilidade e a organizar-se para tolerar a perturbação, com a emissão de um constante alerta para o perigo de não fazê-lo. Portanto, as transgressões anti-sociais são um modo de proclamar uma demanda por um cuidado *incondicional* (ressarcimento pelo mal que o meio teria causado ao sujeito) e pela volta a um período anterior ao que ocorreu a deprivação. Se a demanda for atendida, através de técnicas adaptativas especiais e temporárias, o amor pode ser redescoberto e a criança liberada para vivê-lo. Mas a educação moral que se pretende corretiva e repressora está do lado oposto, pois a pura obediência e a *falsa socialização* estão relacionadas ao *desespero* (idem, [1963b], 1982).

Em termos de comportamento, a esperança resulta em duas principais vertentes, associadas aos tipos de deprivação que mencionamos acima. Uma é representada tipicamente pelo *roubo*; a outra pela *destrutividade*. O roubo é o centro da tendência anti-social e a mentira é seu correlato. Esses sujeitos sempre negam o que fizeram quando são interrogados, pois, na cisão, o ego tem dificuldade de reconhecer certas atitudes como suas. Não há desfrute com a posse do objeto furtado; o que ocorre é uma solicitação por alguma coisa à qual a criança acha que tem direito, como o amor e a atenção da mãe (idem, [1967], 1999b). Nos casos de comportamentos agressivos, busca-se a provisão ambiental perdida, que, por ser forte e confiável, proporcionava ao sujeito a liberdade de agir. Dessa forma, o retorno da segurança resulta em uma redescoberta da própria agressividade e sua transgressão às regras sociais busca restabelecer uma experiência *contínua* de controle proveniente de autoridades respeitadas, firmes e acolhedoras (idem, [1946], 1999a)¹⁰. Nos termos de Winnicott:

O ambiente terá de ser *testado e retestado* quanto à sua capacidade de suportar a agressão, de prevenir ou reparar a destruição, de reconhecer o elemento positivo da tendência anti-social, e de prover e preservar o objeto que deve ser buscado e encontrado (idem, 2000, p.415, grifos nossos).

10. Os sintomas de incontinência urinária, desordem generalizada, comportamento tirânico e avidez implacável também podem sugerir a presença de uma tendência anti-social. Todos esses comportamentos são relacionados à rebeldia habitual de crianças (que, se têm confiança nos pais, provocam tremendas confusões com sua irresponsabilidade) e, principalmente, de adolescentes sadios (que sentem necessidade de se contrapor às pessoas que lhes são referências para constituir a própria identidade). O que eles têm de específico, além da forte intensidade e da persistência, é um *caráter perturbador que é explorado* pelo sujeito para testar o meio (idem, [1958], 1982).

Logo, ao ampliarmos nosso modo de olhar para certos comportamentos difíceis e provocativos, atentamos para um SOS e, ao mesmo tempo, para um sinal de esperança de preencher a lacuna provocada pela descontinuidade ocorrida. Crianças e adolescentes que mentem, roubam, são extremamente desorganizados ou agressivos, na maior parte das vezes, estão buscando recuperar uma relação de confiabilidade com o ambiente, através de um apelo para que este cumpra seu papel de continência e provisão uma vez interrompido. Porém, atualmente, o ambiente de tranquilidade e acolhimento sugerido por Winnicott está perdendo espaço para outro, no qual imperam a violência, o medo, a desconfiança e a competitividade. Por sua vez, as condições de visibilidade, reconhecimento e pertencimento, que são cruciais para a capacidade de concernimento, vêm sendo negadas à grande parte da população brasileira. O grande alerta do autor é justamente esse: o perigo maior se dá quando a falta do ambiente é excessiva (com demasiada indiferença ou repressão) e a esperança não se faz mais presente. Aí devemos temer a *violência* de quem não pode se sentir responsável por sua própria agressividade (Bezerra Jr., op.cit.).

Diante da perspectiva empírica de Winnicott, constatamos que problemas com os quais nos deparamos cotidianamente são bem mais complexos do que certas leituras podem fazer parecer e do que querem fazer parecer alguns discursos apressados ou oportunistas que abundam sempre que esses problemas se tornam objeto de atenção especial na mídia. Com as questões levantadas neste artigo, esperamos ter contribuído para despertar a responsabilidade pelos nossos afetos mais íntimos e pelas ações decorrentes deles, pelas nossas experiências subjetivas e pela sociedade que *vem sendo construída*.

Elaine de Vasconcelos Andrade

Rua Muniz Barreto, 501/501

Botafogo – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22251-090

Tel.: (21) 2552-6221 / (21) 8221-5665

E-mail: helandrade@hotmail.com

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEZERRA JUNIOR, Benilton. A violência como degradação do poder e da agressividade. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DE PORTO ALEGRE. *Pensando a violência com Freud*. Porto Alegre: SBP de PA, 2005.

BIRMAN, Joel. *O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

DIAS, Elsa Oliveira. Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento. *Natureza Humana: Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas*. São Paulo, v. 2, n. 1, p.9-48, 2000.

FREUD, Sigmund [1913]. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13).

_____. [1915]. *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

_____. [1916]. *Criminosos em função de um sentimento de culpa*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

_____. [1920]. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

_____. [1923]. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

_____. [1928]. *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

_____. [1930]. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

_____. [1932]. *Por que a guerra?* Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22).

KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAIA, Maria Vitória Mamede. Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo? Reflexões sobre a agressividade na infância a partir do olhar de Winnicott. In: OUTEIRAL, José et al (Org.). *Winnicott: seminários brasileiros*. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

OUTEIRAL, José. *O mal-estar na escola*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

PLASTINO, Carlos Alberto. *Winnicott: a fidelidade da heterodoxia*. In: BEZERRA JUNIOR, Benilton; ORTEGA, Francisco (Org.). *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. Violência: efeito do duplo. In: ARÁN, Márcia. *Soberania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

WINNICOTT, Donald Woods. O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. In: _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p.121-132.

_____. *Psicanálise do sentimento de culpa*. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. p.19-30.

_____. *O desenvolvimento da capacidade de se preocupar*. In: _____. _____. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. p.70-78.

_____. *Moral e educação*. In: _____. _____. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. p.88-100.

_____. *A posição depressiva*. In: _____. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p.89-103.

_____. *Segurança*. In: _____. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.43-48.

_____. *Agressão*. In: _____. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p.93-101.

_____. *Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil*. In: _____. _____. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p.127-134.

_____. *A psicologia da separação*. In: _____. _____. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p.149-152.

_____. A juventude não dormirá. In: _____. _____. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p.177-182.

_____. Raízes da agressão. In: _____. _____. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p.102-110.

_____. A ausência de um sentimento de culpa. In: _____. _____. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. p.119-126.

_____. A delinqüência como sinal de esperança. In: _____. *Tudo começa em casa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. p.81-92.

_____. A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. In: _____. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p.288-304.

_____. A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p.355-373.

_____. A tendência anti-social. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p.406-416.

Artigo recebido em 21 de julho de 2008

Aprovado para publicação em 05 de agosto de 2008